

CORREIO POLÍTICO



Relator da CPI, senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Em sua reta final, CPI da Braskem quebra sigilos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem aprovou nesta terça-feira (7) a quebra dos sigilos telefônico, telemático, fiscal e bancário do ex-engenheiro da mineradora Paulo Roberto Cabral de Melo, responsável por monitorar a segurança das minas de sal-gema em Maceio ao longo dos anos. O profissional deveria ter comparecido nesta terça-

-feira à Comissão, mas faltou a sessão. Com isso, a CPI determinou a convocação dele de forma coercitiva na próxima semana. O presidente da Comissão, senador Omar Aziz (PSD-MA), relatou que o técnico conseguiu habeas corpus do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que lhe permitia ficar em silêncio na CPI, mas não se ausentar.

Final da sessão

Ao final da sessão, a Comissão aprovou o requerimento que quebra os sigilos de Paulo Cabral de Melo. Com a quebra dos sigilos, a CPI poderá acessar quais ligações o técnico da Braskem fez desde 2005 e o tempo de duração. Além de documentos e e-mails armazenados.

Tragédia

A extração de sal-gema pela mineradora em Maceió foi a responsável pelo afundamento de bairros inteiros da capital alagoana, o que causou o deslocamento de, ao menos, 40 mil pessoas que precisaram abandonar as próprias casas. Hoje existem 35 minas na região.

Marco Antonio/Secom-Alagoas



Desastre afundou diversos bairros de Maceió

Se fossem monitorados, danos poderiam ser evitados

Os danos causados pela mineração do sal-gema em Maceió poderiam ser evitados, segundo argumentou na CPI nesta terça-feira o ex-diretor do Serviço Geológico do Brasil (SGB), Thales de Queiroz Sampaio. Segundo ele, a Braskem não respeitou as normas de segurança exigidas.

“Esses planos elaborados pelo engenheiro de minas Paulo Cabral - que eu conheço, é um profissional conceituado - por si só não garantiriam a exploração da lavra de forma sustentável”, afirmou, acrescentando que “faltou a parte de monitoramento, a parte de monitorar constantemente, por vários métodos”.

Habeas Corpus

Segundo o presidente do colegiado, senador Omar Aziz (PSD-AM), Cabral justificou a ausência com um habeas corpus, uma medida de proteção jurídica prévia contra possível prisão concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Entretanto, o habeas corpus é parcial.

Requerimentos

Os integrantes da CPI também aprovaram o requerimento de Rogério, para que a CPI receba todos os estudos elaborados pela empresa TPF Engenharia no âmbito do acordo socioambiental firmado entre a Braskem e o Ministério Público Federal em 2020.

Medidas

Os senadores ouviram novo depoimento do ex-diretor do Serviço Geológico do Brasil (SGB) Thales de Queiroz Sampaio. Segundo ele, os danos poderiam ter sido evitados se as empresas responsáveis pela mineração na região tivessem observado as normas de segurança.

Requerimentos

Diversos órgãos públicos buscam a responsabilização da Braskem. Acordos foram firmados para dar mais rapidez na reparação dos danos. No acordo socioambiental, a Braskem se comprometeu a arcar com o monitoramento e medidas de estabilização do solo.

Congresso aprova projeto que acelera repasses ao RS

Estado contabilizou 95 mortes, 131 desaparecidos e 372 feridos

Por Gabriela Gallo

Um dia após a Câmara dos Deputados aprovar o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 236/2024, que reconhece o estado de calamidade pública do Rio Grande do Sul (RS), o Senado Federal aprovou nesta terça-feira (07) o mesmo projeto em turno único por maioria dos votos. Na prática, a medida flexibiliza o repasse de verbas para o estado, já que os limites e prazos orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) poderão ser suspensos no período da vigência do decreto, que durará até dezembro de 2024.

“Podemos, assim, acelerar o repasse de recursos federais, que não estarão sujeitos à limitação de empenho”, destacou o relator do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS).

Com a medida, também não serão computadas as renúncias fiscais necessárias ao enfrentamento da calamidade pública no RS, assim como suas consequências sociais e econômicas. O dinheiro usado para ajudar o estado também não estará sujeito à limitação de empenho (contingenciamento).

Durante a sessão, o senador Wilder Moraes (PL-GO) sugeriu que cada senador doasse o equivalente a R\$ 1 milhão de emendas parlamentares para ajudar de imediato o estado. Logo após a sugestão, o líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), afirmou que o governo liberou essa alternativa para doações voluntárias vindas de deputados federais e senadores.

“O governo deverá abrir o sistema Siafi [Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, o principal sistema de orçamento da



Projeto reconhece estado de calamidade pública no RS até 31 de dezembro de 2024

União], extraordinariamente, para que os colegas parlamentares que, se assim quiserem, destinem recursos de suas emendas parlamentares para os municípios ou o governo do Rio Grande do Sul”, destacou Randolfe Rodrigues.

O texto foi enviado pelo governo federal nesta segunda-feira (06) e foi votado e aprovado na Câmara no mesmo dia. A situação do Rio Grande do Sul é de extrema urgência. Segundo a Defesa Civil, nesta terça-feira (07) foram confirmadas 95 mortes e outros quatro óbitos estão em investigação. O estado ainda registra 131 desaparecidos e 372 feridos.

Mudanças climáticas

Também na terça-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) 5.002/2023. O projeto cria a Política Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres (PNGIRD). O texto, de autoria do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), estabelece que as ações da nova política

deverão considerar as condições atuais e os cenários futuros decorrentes da mudança climática para a definição das ações.

A medida se faz necessária já que, também nesta terça-feira, regiões de Sergipe também ficaram embaixo d’água. Imagens registradas por internautas registraram como as fortes chuvas causaram transtornos na Grande Aracaju e em municípios como Maruim e Neópolis.

De acordo com a Climatempo, no Rio Grande do Sul as chuvas acumuladas entre 22 de abril e esta segunda-feira (06) foram o equivalente à média de precipitação prevista para cinco meses.

A situação das fortes chuvas chama a atenção para um vilão da história: as mudanças climáticas. E o investimento nas mudanças climáticas se mostra cada vez mais necessário e, ao mesmo tempo, invisível entre as autoridades. Desde o início de 2023, dos 513 deputados federais, somente a deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG) indicou recursos para ações relacionadas à mudança do clima

Arroz e feijão serão importados para conter aumento de preços

Por Gabriela Gallo

As fortes chuvas no Rio Grande do Sul (RS) causaram um impacto geral no estado, e a região do agronegócio não ficou de fora. Nesta terça-feira (07), durante conversa no programa “Bom dia, presidente”, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) relatou que o país pode precisar importar arroz e feijão para equilibrar a produção e conter o aumento dos preços. A informação veio de uma reunião que Lula teve com os ministros do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro, sobre a questão do preço do arroz e do feijão.

“[Arroz e feijão] estavam caros. Eu disse que não era possível a gente continuar com o preço caro. [Eles] alegaram que a área plantada estava diminuindo e que havia um problema do atraso da colheita no Rio Grande do Sul”, afirmou o presidente.

Em entrevista ao Correio da Manhã, a economista e professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Carla Beni confirmou que a estratégia de importação para tentar conter uma eventual

elevação dos preços é uma estratégia comum a ser adotada.

“Partindo do pressuposto que vai se ter uma quantidade menor de arroz disponível no mercado e que outros estados não consigam fazer o abastecimento [do arroz], é natural que se importe arroz. Então a frase do presidente faz parte disso, pra que não se tenha uma elevação de preço internamente. Então, caso se tenha escassez de arroz ou de feijão, que são itens muito básicos e fundamentais para a alimentação do brasileiro, é necessário que se faça a importação desse item, por períodos específicos até você normalizar a produção interna”, explicou a economista.

Arroz

Olhando apenas pelo mercado de arroz, parte da produção e da colheita do alimento já foi realizada. De acordo com a professora, “em relação a esta parte que já foi feita a colheita, se essa colheita conseguir ter escoamento, ou seja, primeiro se faz a colheita, depois se armazena o arroz e depois escoas as estradas”.

“Então se você já tiver estocado esse arroz a questão é saber se o estoque não foi danificado



Medida visa conter aumento no preço dos alimentos

nas chuvas – que é o armazenamento ou a silagem – e depois se você tem estrada suficiente. Porque nós tivemos problemas com e pontes e estradas foram danificadas e cidades que estão sem acesso”, ela afirmou.

Carla Beni ainda ponderou que é importante considerar os locais do estado onde a colheita ainda foi feita. “Temos outra questão: o arroz tem uma tolerância um pouco maior a umidade do que num comparativo com a soja, por exemplo. Porque ele é até um produto, um grão que cresce em charco. Então se tiver uma redução rápida da umidade e o arroz puder ser colhido, se consegue ter ainda um percentual ‘que se salva’ dessa lavoura”, ela avalia.

Impactos

Questionada pela reportagem sobre demais impactos no estado, a economista destacou que o impacto das chuvas no Rio Grande do Sul foi muito

no Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática. Ela transferiu R\$ 1 milhão em emendas parlamentares para o Ministério. Em 2022, nenhum parlamentar destinou verbas ao Ministério da Integração para recuperação das cidades após desastres naturais.

A própria prefeitura de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, não parecia preparada para lidar com a situação. Em 2023, a prefeitura não realizou nenhum investimento na prevenção de enchentes. As informações são do Uol e foram retiradas do Portal da Transparência de Porto Alegre. Mesmo com o departamento que cuida da área tendo R\$ 428,9 milhões em caixa, nenhum valor foi investido na prevenção.

O orçamento na prevenção a enchentes caiu dois anos seguidos em Porto Alegre, até chegar a zero. No entanto, a Secretaria Municipal de Comunicação da Gestão de Sebastião Melo (MDB), argumentou que o gasto não é zero porque investiu em outras áreas que também impactam na prevenção de enchentes.